

8

ANÁLISE DE CONTEÚDO CLÁSSICA: UMA REVISÃO

Martin W. Bauer

Palavras-chave: ambigüidade; indicadores culturais; semana artificial; dicionário; CAQDAS; palavra-chave no contexto (KWIC); livro de codificação; palavra-chave fora do contexto (KWOC); valor de codificação; lematização; referencial de codificação; métrica: por categoria, ordinal, de intervalo, de razão; patologias de codificação; modularidade folha de codificação; delineamento paralelo; unidade de codificação; amostragem aleatória; coerência; dilema fidedignidade-validade; análise com auxílio de computador; unidade de amostragem; concordância; co-ocorrência.

A grande maioria das pesquisas sociais se baseia na entrevista: os pesquisadores perguntam às pessoas sobre sua idade, o que fazem para viver, como vivem, o que elas pensam ou sentem sobre X, Y e Z; ou pedem que contem sua história ou narrem fatos. A entrevista, estruturada ou não, é um método conveniente e estabelecido de pesquisa social. Mas assim como as pessoas expressam seus pontos de vista falando, elas também escrevem – para fazer relatórios, para planejar, jogar ou se divertir, para estabelecer normas e regras, e para discutir sobre temas controvertidos. Deste modo, os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam.

Os pesquisadores sociais têm a tendência de subestimar materiais textuais como dados. Os métodos de pesquisa passam por ciclos de moda e de esquecimento, mas a World Wide Web (www) e os arqui-

vos on-line para jornais, programas de rádio e televisão, criaram uma grande oportunidade para os dados em forma de textos. À medida que o esforço de coletar informações está tendendo a zero, estamos assistindo a um renovado interesse na análise de conteúdo (AC) e em suas técnicas, em particular em técnicas com o auxílio de computador.

Como diferem, em suas reportagens sobre ciência e tecnologia, os jornais populares e especializados? A televisão comercial trata sua audiência de maneira diferente que uma televisão pública? Como foi tratado o mito da destruição da Bastilha pelas notícias da época? Quando, e como, o tema desempenho começou a aparecer nos livros para crianças? Que informação trazem os memorandos internos de uma organização comercial? Podemos reconstruir mudanças nos valores sociais através de colunas de jornais do estilo “corações solitários” ou em obituários? Estas são apenas algumas das questões que foram discutidas pelos pesquisadores através da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos.

No século dezessete, uma corte suíça classificou, contou e comparou os símbolos usados nos cantos de uma seita religiosa, mas não conseguiu encontrar provas de heresia (Krippendorff, 1980:13). No final do século dezanove, a AC demonstrou a “decadência moral” na cobertura de notícias na recém-emergente imprensa amarela (Speed, 1893). Na Alemanha, Max Weber (1965 [1911]) imaginou uma sociologia cultural engajada na análise de jornais. Mais tarde, muitas comissões reais sobre imprensa da Inglaterra continham análises comparativas do conteúdo das notícias publicadas (McQuail, 1977). A AC da propaganda inimiga serve aos serviços de informação em tempos de guerra e ajuda aos interesses comerciais em sua versão civil de monitoramento das corporações da mídia. Durante a década de 1960, o advento do computador intensificou o nível de reflexão

metodológica (ver Stone *et al.*, 1966; Gerbner *et al.*, 1969; Holsti, 1968; 1969; Drippendorff, 1980; Merten, 1995).

A interpretação de textos sagrados ou nobres, críticas literárias de valores estéticos, investigação filológica empenhada na reconstituição de textos “originais”, ou na revelação de textos “fraudulentos”, ou a análise semiótica de comerciais, isto tudo aumenta a complexidade de um texto: um parágrafo fornece a oportunidade para comentários extensos explorando todas as ambigüidades e nuances da linguagem. A análise de conteúdo, contrastando a isso, reduz a complexidade de uma coleção de textos. A classificação sistemática e a contagem de unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características. Uma biblioteca pode estar contida em um único gráfico: AC é um meio de caracterizar diferenças em aproximadamente 700.000 itens escritos sobre ciência e tecnologia na imprensa britânica do pós-guerra (Bauer *et al.*, 1995). A leitura de todos estes artigos seria um trabalho que levaria mais que uma vida.

As definições na Tabela 8.1 realçam algumas características da AC. Ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma, a fim de criar nova informação desse texto. Não é possível reconstruir o texto original uma vez codificado; a irreversibilidade é o custo de uma nova informação. A validade da AC deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o “vale tudo”, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social. Ela não pode nem avaliar a beleza, nem explorar as sutilezas de um texto particular.

Tabela 8.1 – Algumas definições de análise de conteúdo (ênfases acrescentadas)

A semântica estatística do discurso político (Kaplan, 1943: 230).
A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (Berelson, 1952: 18).
Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens (Holsti, 1969: 14).
Processamento da informação em que o conteúdo da comunicação é transformado, através da aplicação objetiva e sistemática de regras de categorização (Paisley, 1969).
Uma técnica de pesquisa para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto (Krippendorff, 1980: 21).
Uma metodologia de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem (Weber, 1985: 9).

Podemos distinguir dois objetivos básicos da análise de conteúdo ao refletir sobre a natureza tríplice da mediação simbólica: um símbolo representa o mundo; esta representação remete a uma fonte e faz apelo a um público (Buehler, 1934). Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte, o texto é um *meio de expressão*. Fonte e público são o contexto e o foco de inferência. Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a AC é pesquisa de opinião pública com outros meios.

Quando o foco está no público, o texto é um meio de apelo: uma influência nos preconceitos, opiniões, atitudes e estereótipos das pessoas. Considerando os textos como uma força sedutora, os resultados da AC são variáveis independentes, que explicam as coisas. A modalidade desta influência é ainda controvertida; contudo, a AC fornece as variáveis independentes no delineamento de estudos sobre efeito da mídia, sobre o estabelecimento da agenda ou em estudos de desenvolvimento.

Os procedimentos da AC reconstroem representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. Procedimentos sintáticos se enfocam os transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é

dito ou escrito. A frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas são indicadores de uma fonte e da probabilidade de influência sobre alguma audiência. O freqüente emprego de uma forma de palavras que não é comum pode identificar um provável autor e determinado vocabulário pode indicar um tipo provável de público.

Os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e seu sentido normal – sentidos denotativos e conotativos em um texto. A semântica tem a ver com “o que é dito em um texto?”, os temas e avaliações. Palavras, sentenças e unidades maiores de texto são classificadas como exemplos de temas predefinidos e avaliações. A co-ocorrência freqüente de palavras dentro da mesma frase ou parágrafo é tomada como indicador de sentidos associativos. Por exemplo, entre 1973 e 1996, o tema biotecnologia se tornou mais e mais uma parte proeminente das notícias sobre ciência na mídia nacional; a cobertura se diferencia e as avaliações variam com o tratamento específico do que está em foco (Durant *et al.*, 1998).

As características sintáticas e semânticas de um *corpus* de texto permitem ao pesquisador fazer conjeturas fundamentadas sobre fontes incertas, como falsas reivindicações de autoria ou audiências incertas, seja quando a informação sobre isso é inacessível ou porque os bons resultados podem ser conseguidos com menos custo através da AC. Tais conjeturas podem inferir os valores, atitudes, estereótipos, símbolos e cosmovisões de um texto sobre o qual pouco se sabe. Nós traçamos o perfil de um contexto de audiência de rádio ou nos guiamos por um contexto de audiência de rádio cujo perfil já conhecemos. Traçar um perfil ou comparar os perfis para identificar um contexto, são inferências básicas de uma AC. É possível, por exemplo, medir a estrutura de valor, como sua estabilidade e mudanças, das instituições britânicas, analisando o *Times* de Londres nos últimos 100 anos; ou avaliar os motivos básicos de uma pessoa através de cartas pessoais e anotações no diário. A idéia, contudo, de que alguém pode inferir uma intenção particular de um comunicador ou alguma interpretação específica de um público, é considerada a falácia da análise de conteúdo (Eco, 1994; Merten, 1995). Expressão e impressão são conseguidas apenas por agregação e probabilisticamente.

Krippendorff (1980) distinguiu entre diferentes estratégias de pesquisa. Em primeiro lugar, alguém pode construir um *corpus* de texto como um sistema aberto, a fim de verificar tendências e pa-

drões de mudança. Isto significa que o *corpus* de texto nunca está completo; textos adicionais são acrescentados continuamente. Esta é a prática do monitoramento da mídia. Uma amostra de produções da mídia é regularmente codificada para detectar mudanças na ênfase e agrupamentos em um conjunto de temas.

Em segundo lugar, as comparações revelam diferenças que podem ser observadas entre a cobertura de diferentes jornais (comparação por fontes), em falas de um político a diferentes eleitorados (comparação por públicos), e entre jornais científicos e suas versões popularizadas (comparação por entrada e saída). Outras comparações consideram os padrões como parte de um processo de auditoria para identificar e avaliar desempenhos contra normas estabelecidas, por exemplo, sobre obscenidade, discriminação ou informação objetiva. Isto pode ser relevante em uma ação judicial em que o proprietário é acusado de distorcer a cobertura das notícias para que funcione como publicidade oculta.

Em terceiro lugar, a AC é usada para construir índices. Um índice é um sinal que é causalmente relacionado a outro fenômeno, assim como, por exemplo, a fumaça é um índice, ou um sintoma de fogo. Mudanças no vocabulário de colunas do tipo “corações solitários” pelo espaço de 100 anos são um índice de valores sociais: o pressuposto é que a maneira como as pessoas se descrevem e a seus parceiros ideais é uma expressão do que é desejável em uma sociedade. A quantidade de cobertura sobre ciência nos jornais pode ser uma medida da posição da ciência e tecnologia na sociedade, ou igualmente um indicador da incerteza da ciência sobre sua posição na sociedade. A consideração do conteúdo, juntamente com a intensidade, pode definir um índice.

Finalmente, a AC pode reconstruir “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autocohecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações.

Existem seis delineamentos de pesquisa de AC. O mais simples, e menos interessante, é o estudo puramente descritivo, que conta a frequência de todas as características codificadas do texto. Mais inte-

ressantes são as análises normativas que fazem comparações com padrões, por exemplo, análise de informação objetiva e não distorcida. Nas análises trans-seccionais, a comparação empírica pode conter textos de diferentes contextos, por exemplo, dois jornais cobrindo uma notícia específica durante um mês. Nas análises longitudinais, as comparações abarcam o mesmo contexto por um período de tempo mais longo. Isso nos permite detectar flutuações, regulares e irregulares, no conteúdo, e inferir mudanças concomitantes no contexto. Estudos mais elaborados funcionam como indicadores culturais: eles podem considerar muitos contextos por um período de muitos anos, como diferentes esferas públicas em que a biotecnologia se tornou um tema de discussão (Durant *et al.*, 1998). Esse tipo de análise pode ser um substituto viável para pesquisa de opinião (ver Neisbitt, 1976 ou Janowitz, 1976). Os delineamentos mais ambiciosos são os delineamentos paralelos envolvendo análises longitudinais em combinação com outros dados longitudinais, tais como pesquisas de opinião, ou repetidas tentativas de entrevistas não estruturadas (ver, por exemplo, Neumann, 1989; Durant *et al.*, 1998).

A organização de uma análise de conteúdo

Considerações teóricas e textos

Os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido. A teoria e o problema – que carregam em si os preconceitos do pesquisador – serão responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto, tanto implícita, como explicitamente. Ser explícito é uma virtude metódica. Digamos que um pesquisador quer atribuir ou disputar a autoria de um texto. Um pressuposto implícito sugere que a autoria do texto é importante; o pesquisador terá, então, de formular explicitamente uma teoria convincente sobre como a individualidade se manifesta no texto.

A AC trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, mas procedimento semelhante pode ser aplicado a imagens (ver Rose, cap. 14, neste volume) ou sons (ver Bauer, cap. 15 neste volume). Há dois tipos de textos: textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevista e protocolos de observação; e textos que já foram produzidos para outras finalidades quaisquer, como jornais ou memorandos de corporações. Os materiais clássicos da AC são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito. Todos esses textos, contudo, podem ser manipulados para fornecer respostas às perguntas do pesquisador.

Há alguns anos, alguns colegas e eu, começamos a mapear o tratamento dado pela mídia à biotecnologia, entre 1973 e 1996, na Europa e na América do Norte. Em um estudo trans-nacional e longitudinal, nós analisamos a cobertura da mídia sobre biotecnologia em 12 países europeus. Tal cobertura da mídia constitui uma representação lingüística, e às vezes também pictórica, de uma nova tecnologia na sociedade (Bauer & Gaskell, 1999). As variações na cobertura da mídia no tempo e no espaço são comparadas, em um delineamento paralelo, com as percepções públicas e os processos de políticas públicas, a fim de explicar a trajetória tecnológica em diferentes contextos. Nós analisamos jornais de primeira linha como representantes da cobertura da mídia sobre biotecnologia. Agregados por um longo período, eles representam um aspecto importante da opinião pública nas sociedades modernas.

Definição e amostragem de unidades de texto

A AC emprega, muitas vezes, uma amostra aleatória para selecionar seus materiais (Krippendorff, 1980; Holsti, 1969; Bauer & Aarts, cap. 2 deste volume). Há três problemas com referência à amostragem: sua representatividade, o tamanho da amostragem e a unidade de amostragem e codificação.

A amostragem estatística fornece um racional para estudar um pequeno número de textos e assim mesmo poder tirar conclusões sobre a coleção completa dos textos. A história da AC no estudo de jornais confirmou esse racional. Textos impressos podem ser facilmente estratificados em uma tipologia hierárquica, por exemplo, jornais diários e revistas semanais, de direita e de esquerda dentro de uma orientação política, cifras de circulação altas ou baixas, distribuição nacional ou regional, populares e especializados, ou de acordo com a propriedade.

Uma estratégia comum de amostra para publicações regulares é a “semana artificial”. As datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória. Datas aleatórias, contudo, podem incluir domingos, quando alguns jornais não são publicados, ou os jornais podem fazer publicações em um ciclo, como por exemplo, a página sobre ciência ser publicada às quartas-feiras. Em tais casos, então, a fim de evitar distorções na amostragem de notícias sobre ciência, seria necessário garantir uma distribuição equitativa de quartas-feiras na

amostra. Uma semana tem sete dias, desse modo, escolhendo cada terceiro, quarto, sexto, oitavo ou nono, etc. dia, por um longo período, é criada uma amostra sem periodicidade. Para cada edição selecionada, todos os artigos relevantes são selecionados.

A amostragem de jornais por datas, quando os artigos, ou mesmo as frases, são a unidade de análise, constitui uma amostragem de agrupamento (cluster). Em amostras de agrupamento, a unidade aleatoriamente selecionada, nesse caso um jornal, é maior que as unidades de análise, dos artigos e das frases, todas elas coletadas.

A amostragem aleatória exige uma lista completa de unidades de onde se possa fazer uma seleção. Às vezes a lista já existe, como com números seriais ou datas do calendário, e às vezes temos de criá-la. Consideremos o caso de se fazer uma amostragem de artigos de imprensa sobre genética, a partir de um banco de dados como o FTProfile. Digitando a palavra genetic*, podemos ter 5.000 artigos em um espaço de alguns anos. Se você somente pode analisar 200 deles, registre ou imprima todos os títulos dos 5.000 artigos e numere-os de 1 a 5.000. Decida, então, por um procedimento de amostragem: ou gere 200 números aleatórios entre 1 e 5.000, ou decida tomar, digamos, um artigo de cada 25. Artigos irrelevantes podem ser rejeitados em favor de outros artigos, à medida que você vai prosseguindo.

Sempel (1952) mostrou que 12 edições, selecionadas aleatoriamente, de um jornal diário, fornecem uma estimativa confiável do perfil de suas notícias anuais. Uma amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso. No final das contas, todas as considerações sobre o tamanho da amostra dependem da possibilidade prática. Quantos artigos pode o pesquisador analisar? Quantos códigos e variáveis são empregadas? Qual a distribuição adequada de uma variável para uma análise de multivariância?

As unidades da amostragem são normalmente definidas fisicamente, como um jornal, um livro, uma notícia de televisão e assim por diante. A exclusão, ou inclusão, de uma ou outra dessas unidades é irrelevante; o pressuposto é que as unidades de amostragem sejam substituíveis umas pelas outras. As unidades de gravação são, na maioria das vezes, iguais às unidades de amostragem, exceto no caso de amostra de agrupamento. Muitas vezes é mais fácil fazer amostragem de edições de jornal, e tomar todos os artigos relevantes de cada edição. Nestes casos, a unidade de registro, o artigo, está contida na unidade de amostragem, a edição do jornal.

Krippendorff (1980: 61s) distinguiu os seguintes tipos de unidades de amostragem e de registro:

- *Unidades físicas*: são livros, cartas, programas de televisão, filmes e assim por diante.
- *Unidades sintáticas*: são aparentemente blocos sólidos naturais: capítulos em um livro; títulos, artigos ou frases em um jornal; cenas de filme ou tomadas em um filme. A unidade sintática mais óbvia é uma palavra.
- *Unidades proposicionais*: são núcleos lógicos de frases. Proposições complexas são desconstruídas em núcleos na forma sujeito/verbo/objeto. Observe a frase: “Biotecnologia, a mais recente entre as tecnologias de base do pós-guerra, entra na arena pública na década de 1990”. Ela pode ser separada em muitas outras frases: “Biotecnologia entra na arena pública na década de 1990”, “Biotecnologia é uma tecnologia de base”, “Biotecnologia é uma tecnologia de base do período do pós-guerra”, “Biotecnologia é a mais recente tecnologia de base”. Muitos programas de computador para análise de texto conseguem fazer a segmentação automática de unidades sintáticas tais como parágrafos, frases ou palavras-chave singulares fora do contexto; programas mais especializados conseguem fazer a desconstrução de frases complexas em núcleos proposicionais.
- *Unidades temáticas ou semânticas*: são definidas como características dos textos que implicam um juízo humano. Por exemplo, histórias de fada podem ser classificadas a partir de motivos básicos; cartas podem ser classificadas como cartas de amor ou comerciais. A definição das unidades de amostragem implica, muitas vezes, tais julgamentos de estratificação. Unidades temáticas separadas a partir de fundamentos teóricos são muitas vezes contrastadas com materiais residuais irrelevantes.

A representação, o tamanho da amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa, que também determina o referencial de codificação. O que aparece como uma seqüência, da teorização para a amostragem e para a codificação é, na verdade, um processo interativo, e saber conduzi-lo é fundamental. Mas essa direção e revisão tem de parar, ao menos temporariamente, se a análise tem como finalidade apresentar resultados.

Em nosso estudo sobre notícias de biotecnologia decidimos fazer uma amostra de jornais líderes de opinião entre 1973 e 1996. O critério “jornal líder de opinião” é uma decisão teórica feita logo no início do estudo. Cada equipe identifica um ou dois jornais-chave: aqueles que os jornalistas e os políticos mais provavelmente lêem. O procedimento de amostragem ano a ano varia de país para país, e os arquivos exigem diferentes técnicas: manuseio manual de cópias originais de jornais; emprego de um índice de entrada com palavras-chave, tais como o índice do *The Times*; acessar bancos de dados on-line; uso de coleções existentes de recortes de jornais; e assim por diante. Durante alguns anos, as equipes selecionaram edições de jornais e fizeram amostras de materiais relevantes na forma de agrupamentos. Nos anos seguintes, eles usaram pesquisa on-line, acessaram todos os artigos relevantes e extraíram uma amostra aleatória estrita de um número fixo de artigos em cada ano. Outras equipes criaram uma semana artificial e tomaram os jornais como uma amostra de agrupamento. O *corpus* de texto internacional final contém 5.404 artigos de jornal sobre biotecnologia, de 12 países, por um espaço de 24 anos (Bauer, 1998a). Pensa-se em atualizar o *corpus* até o ano 2001. A amostra, principalmente para estudos internacionais, pode ir à frente apenas de maneira pragmática, tentando fazer o melhor a partir de circunstâncias imperfeitas e diferenciadas.

Categorias e codificação

A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa. Esse casamento não é conseguido de imediato: o pesquisador necessita dar tempo suficiente para orientação, emendas e treinamento do codificador. A construção de um referencial de codificação é um processo interativo e, se diversos codificadores estão implicados, um processo coletivo, que a certa altura tem de terminar.

Um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação). Embora o *corpus* de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. A AC re-presenta o que é já uma representa-

ção, ligando os pesquisadores a um texto e a um projeto de pesquisa (Bauer & Gaskell, 1999). A AC não é a última palavra em nenhum texto, mas um encontro objetivado através da sistematicidade e referência para além de si, em direção a outros textos e atividades de pesquisa (Lindkvist, 1981). No final das contas, contudo, até mesmo o enfoque positivista de contar as unidades de texto é apenas outra contribuição à interpretação aberta de um *corpus* de texto.

Categorias e categorização

Diversas considerações entram em jogo na construção de um referencial ou sistema de categorias: a natureza das categorias, os tipos de variáveis de código, os princípios organizadores do referencial de codificação, o processo de codificação e o treinamento para codificação. Cada código, no referencial, possui um número finito de valores de código. No nosso exemplo na Tabela 8.2, o código “tamanho” pode ter os valores de pequeno, médio e grande; ou o código “formato da notícia” pode incluir “últimas notícias”, “reportagem”, “entrevista”, “comentário”, “editorial”, “revista” e “outro”. Enquanto que os valores de “tamanho” são senso comum, os valores de “formato da notícia” são o resultado de extenso trabalho piloto de ler jornais em diferentes países e tentar definir um número finito de formatos de reportagem em jornais de primeira linha. Alguém pode ser capaz de se basear em categorias padronizadas se um código semelhante já tenha sido empregado em uma pesquisa anterior.

Tabela 8.2 – Exemplo de categorias para artigos de imprensa

c1 tamanho (escala ordinal)

- 1 = pequeno
- 2 = médio
- 3 = grande

c2 formato das notícias (escala categorial)

- 1 = últimas notícias
- 2 = reportagem
- 3 = entrevista
- 4 = comentário
- 5 = editorial
- 6 = revista
- 7 = outro

c3 contagem de palavras (escala de intervalo e proporcional)

- 100, 165, 367 ou 658 palavras
-

Cada unidade de texto deve se ajustar a um código, e nenhuma pode ser excluída. Acrescentando o valor “outro”, ou “não se aplica”, garante-se que todas as unidades terão seu lugar. Os códigos devem ser exclusivos: para cada unidade é atribuído um único valor em cada código, por exemplo, um artigo é ou pequeno ou grande, mas nunca os dois. Os códigos são independentes um do outro: a codificação do tamanho não tem influência direta na codificação do formato da notícia (a observação que os editoriais são maiores que as últimas notícias pode aparecer como um “fato” empírico). A mistura de categorias deve ser evitada: os códigos devem se originar de uma única dimensão, por exemplo, classificar “vermelho” ao lado de “pequeno”, viola esse princípio. Do mesmo modo, o valor “notícia de televisão” junto com um formato de notícia, iria violar o princípio: isso confunde o princípio de notícia como meio, e o princípio de formato de notícia. Confusões desse tipo são normalmente resolvidas dividindo-as em dois códigos: meio massivo (televisão, rádio e imprensa), e formato das notícias (reportagem, entrevista, etc.). Finalmente, os códigos devem ser criados teoricamente e refletir o objetivo da pesquisa. Tanto “tamanho” como “formato da notícia” são códigos originados de uma teoria de que o tamanho de uma história expressa a importância editorial atribuída a ela, e serve como um indicador dos valores existentes nas redações. Por outro lado, o tamanho pode ter um formato específico. O código “formato da notícia” origina-se de uma idéia sobre as diferentes funções que os diferentes formatos possuem nos debates públicos.

Por razões estatísticas, atribuem-se números aos valores de código, como mostrado na Tabela 8.2 (onde 2 = “últimas notícias”). O sentido destes números varia. Variáveis categoriais apenas distinguem, e os números não possuem significância maior: no código 2, “5 = editorial”, poderia ser também “7 = editorial”. As escalas ordinais ou proporcionais, ao contrário, preservam uma ordem entre os valores: pequeno, médio e grande são mapeados em uma escala 1, 2, 3 onde $3 > 2$ e $2 > 1$. A contagem de palavras para cada artigo constitui uma escala que preserva a diferença entre os valores; um artigo de 165 palavras é 65 por cento maior que um artigo de 100 palavras. O tipo de métrica tem consequências nos tipos de análises estatísticas que podem ser aplicadas.

A AC é um sistema de codificação que implica valores teóricos (Franks, 1999). Uma unidade de texto A pode ser codificada “comentário” em relação a determinada teoria implícita na categoria

“formato da notícia”. A unidade de texto A pode ser algo mais: ela não é, por natureza, “comentário”. Contudo, a unidade de texto A será ou “comentário”, ou “últimas notícias”, mas não ambos. Distinções nítidas entre unidades são uma regra de trabalho que nos permitem ignorar diferenças nebulosas e ambigüidades no mundo dos jornais. O treinamento do codificador e a prática coletiva farão com que a unidade de texto A se mostre naturalmente como “comentário”, e qualquer ambigüidade remanescente poderá se mostrar em problemas relacionados à fidedignidade. Esta imposição implícita de um sistema de códigos é uma ação de violência semântica que deve ser justificada por resultados surpreendentes, em vez de ser condenada de imediato.

O processo de codificação: papel e lápis ou computador

A codificação concreta pode ser feita tanto com papel e lápis, ou diretamente no computador. No formato de papel e lápis, o codificador receberá instruções na forma de um livro de codificação (ver abaixo), o material textual e as folhas de codificação. Uma folha de codificação é uma página quadriculada com uma célula reservada para cada código. O codificador irá colocar seu julgamento para cada código na célula designada. Uma vez completa a codificação, todas as folhas de codificação são juntadas e colocadas em um computador para análise dos dados. A codificação computadorizada permite ao codificador fazer seu julgamento diretamente no computador. CAPI, CATI (Computer-assisted personal ou telephone interviewing – auxílio do computador pessoal para entrevista, ou auxílio do computador para entrevista por telefone), ou NUD*IST, ou ATLAS/ti (ver Kelle, cap. 16 neste volume) dão conta do processo de codificação diretamente. No caso do CAPI ou CATI, é criada uma estrutura que mostra uma seqüência de telas ao codificador, uma para cada código, com todas as instruções necessárias e um campo para registrar o julgamento da codificação. NUD*IST e ATLAS/ti tomam textos on-line e o codificador etiqueta as unidades de texto com um código predefinido, não perdendo, com isso, a ligação entre o código e a unidade de texto, e ligando unidades de texto com o código. Um arquivo de saída para análise estatística será criado automaticamente. É sempre importante criar um código adicional com o número em série da unidade de texto, e identificar o codificador nos casos em que diversos codificadores estão trabalhando. A AC de grandes *corpora* de textos, com muitos codificadores, como o

monitoramento contínuo dos meios de comunicação, poderá se constituir em um empreendimento de escala industrial, exigindo organização, treinamento, coordenação e controle de qualidade.

Qualidade na análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma construção social. Como qualquer construção viável, ela leva em consideração alguma realidade, neste caso o *corpus* de texto, e ela deve ser julgada pelo seu resultado. Este resultado, contudo, não é o único fundamento para se fazer uma avaliação. Na pesquisa, o resultado vai dizer se a análise apresenta produções de interesse e que resistam a um minucioso exame; mas bom gosto pode também fazer parte da avaliação. A metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade, provindas da psicometria. As limitações desses critérios, contudo, se mostram no dilema fidedignidade-validade. Eu acrescento coerência e transparência como dois critérios a mais para a avaliação de uma boa prática na AC.

Coerência: a beleza de um referencial de codificação

A maioria das AC opera com muitos códigos. A construção de um referencial de codificação, ou sistema de categorias, é um tema teórico que está relacionado com o valor estético da pesquisa. O analista de conteúdo amadurecido pode muito bem desenvolver um senso de beleza: um referencial de codificação gracioso é aquele que é internamente coerente e simples, de tal modo que todos os códigos fluem de um único princípio, ao invés de estarem enraizados na meticulosidade de um empiricismo que codifica tudo o que vem à cabeça. Coerência na construção de um referencial de codificação provém de idéias superiores, que trazem ordem ao referencial de codificação.

A Tabela 8.3 compara diversos conceitos e apresenta noções primárias que fornecem coerência na construção de um referencial de codificação. Cada noção primária é derivada de um princípio, e pode ser posteriormente especificada por códigos secundários. North *et al.* (1963) investigaram intercâmbios diplomáticos no começo da I Grande Guerra. Seu princípio organizador foi “ações e sua percepção”: quem percebe que ações com que efeitos e com que qualificações. Unidades temáticas, parafraseadas a partir dos textos origi-

nais, foram codificadas para a) perceptores, b) atores, c) efeitos nos objetivos, d) descritores avaliativos desses efeitos.

Tabela 8.3 – Conceitos que trazem coerência na construção de um referencial de codificação

Conceito	Noções primárias derivadas
Sistema de mensagem pública (p. ex. Gerbner et al., 1969)	Atenção, ênfase, tendência, estrutura
Percepção da ação (p. ex. North et al., 1963)	Perceptor, atores, efeitos em mira, avaliação
Retórica (p. ex. Bauer, 1998b)	Marcadores de <i>logos</i> , <i>ethos</i> , <i>pathos</i>
Argumentos (p. ex. Toulmin, 1958)	Exigência, dados, garantia, apoio, refutação, qualificador
Narrativa (p. ex. Bauer et al., 1995; Rose, cap. 14 neste volume)	Narrador, ator, acontecimento, antecedentes, conseqüências, ética

A retórica é outro princípio útil de análise. *Logos*, *pathos* e *ethos* são os “três mosqueteiros” da persuasão (Goss, 1990). *Logos* se refere à extração de conclusões das premissas e observações; *pathos* agita as emoções do público; e o *ethos* se refere à apresentação da autoridade pessoal do locutor, e à pretensão de reputação. Estes três conceitos podem ser empregados para codificar unidades de texto em termos de argumentação (marcadores de *logos*), sua função de atrair a atenção de um ouvinte/leitor (marcadores de *pathos*), ou referências à autoridade e reivindicação de reputação do que fala/escreve (marcadores de *ethos*) (Bauer, 1998b; Leach, cap. 12 neste volume). A análise de argumentação inspirou a análise de conteúdo. A análise de Toulmin (1958) sobre uma argumentação prática fornece um princípio pelo qual se podem classificar unidades de texto como exigências, garantias, apoios, dados, qualificadores e refutações (ver Leach, cap. 12 deste volume). Estes conceitos podem ser empregados para analisar argumentações atribuídas a diferentes atores na mídia, ou em documentos de políticas, tanto para comparar diferentes atores, como para avaliar a complexidade da argumentação em diferentes arenas públicas (Liakopoulos, cap. 9 neste volume). Finalmente, a narrativa é um princípio estimulador. Considerar notícias como uma história sugere imediatamente uma quantidade de noções primárias: um contador de história, um ator, acontecimentos, uma situação de fundo, conseqüências e uma ética. Rose (cap. 14 neste volume) aplicou o princípio de narrativa para analisar a retratação da doença mental em novelas.

A construção de módulos é um estratagema na construção de um referencial de codificação que garante tanto a eficiência, como a coerência. Um módulo é um bloco bem estruturado de um referencial de codificação que é usado repetidamente. Tomemos, por exemplo, um conjunto de códigos secundários que especifiquem a noção primária de ator em uma narrativa: tipo de ator (individual, coletivo), gênero (masculino, feminino, desconhecido) e esfera de atividade (privada, semiprivada, pública, etc.). Estes três códigos constituem um módulo para especificar atores. Atores estão presentes em diferentes funções em uma narrativa: como o autor, o ator principal, o ator auxiliar; como catalisador das conseqüências dos acontecimentos; ou como alvo da ética da história. O módulo ator pode agora ser empregado para especificar cada uma das diferentes funções dos atores na narrativa. A construção modular aumenta a complexidade do referencial de codificação sem aumentar o esforço de codificação, e ainda mantém sua coerência; ela também torna tanto a codificação, como o treinamento, mais fáceis. Uma vez que o módulo seja memorizado, a repetida aplicação exige pouco esforço adicional e a fidedignidade será reforçada.

O referencial de codificação para a análise da cobertura de notícias sobre biotecnologia compreendia, ao final, 26 códigos, organizados dentro do princípio da narrativa: autor, ator, temas, acontecimentos, local dos acontecimentos e conseqüências em termos de risco e benefícios. A construção de módulos foi empregada para codificar múltiplos atores e múltiplos temas. O processo de codificação foi desenvolvido pelo período de um ano: as 12 equipes se encontraram duas vezes para negociar e revisar a estrutura do referencial de codificação. O processo completo de amostragem, desenvolvimento de um processo de codificação seguro, estudo piloto e codificação do *corpus* em cada país demoraram dois anos e meio (Bauer, 1998a).

Transparência durante a documentação

Um referencial de codificação é normalmente apresentado como um folheto que serve tanto como guia para os codificadores, como um documento do processo de pesquisa. Este folheto irá normalmente incluir: a) uma lista sumária de todos os códigos; b) a distribuição de freqüência para cada código, cada um com o número total de códigos (N). Cada código será apresentado com uma definição intrínseca, com seu número de codificação (por exemplo, c2), sua etiqueta de codificação (por exemplo, formato da notícia), e uma unidade de texto

ilustrativa que se aplica a cada código. Um folheto completo de codificação irá incluir c) uma explicação com respeito ao problema da fidedignidade do codificador, tanto no que se refere a cada código, quanto para o processo de codificação como um todo, e uma nota sobre o tempo exigido para se conseguir um nível de fidedignidade aceitável. Isto serve como uma estimativa quanto ao treinamento que é exigido para esse referencial de codificação específico. A documentação detalhada do processo de codificação assegura uma prestação pública de contas, e serve para que outros pesquisadores possam reconstruir o processo caso queiram imitá-lo. A documentação é um ingrediente essencial da objetividade dos dados.

Fidedignidade

A fidedignidade é definida como uma concordância entre intérpretes. Estabelecer fidedignidade implica alguma duplicação de esforço: a mesma pessoa pode fazer uma segunda interpretação depois de um intervalo de tempo (para determinar fidedignidade intra-pessoal, consistência, estabilidade), ou duas ou mais pessoas podem interpretar o mesmo material simultaneamente (fidedignidade interpessoal, concordância, reprodutibilidade). Índices de fidedignidade – *phi*, *kappa* ou *alpha* – medem a concordância entre codificadores em uma escala de 0 (não concordância) a 1 (concordância plena), ponderados em relação à probabilidade (Scott, 1955; Krippendorff, 1980: 129s; Holsti, 1969: 135s).

A maioria dos projetos de análise de conteúdo enfrenta dois problemas de fidedignidade: a demarcação de unidades dentro de uma seqüência de materiais e a codificação dos conteúdos. Unidades de análise semânticas são uma questão de julgamento. Suponhamos que tenhamos selecionado aleatoriamente algumas datas para revistas antigas e estejamos folheando essas edições à procura de artigos sobre biotecnologia. Embora tenhamos definido biotecnologia com cuidado como “reportagem sobre intervenção ao nível do gene”, permanece ainda espaço para desacordo. Para a análise de imagens em movimento, a unidade de análise é muitas vezes uma questão de julgamento: alguns selecionadores podem demarcar uma cena para começar vários quadros antes, ou terminar vários quadros depois, diferentemente de outros (ver Krippendorff, 1994).

Nenhum analista de conteúdo espera perfeita fidedignidade quando estão implicados julgamentos humanos, e desse modo a questão

de um nível aceitável de fidedignidade vem à tona. Sendo que diferentes medidas produzem diferentes valores de fidedignidade, *kappa* e *alpha* são mais conservadores que *phi*; diferentes padrões têm de ser definidos para diferentes medidas. Ainda mais, a fidedignidade pode ser diferente entre os códigos, sendo alguns mais ambíguos que outros. Como determinar a fidedignidade nos diversos códigos? Pela simples média, pela média ponderada, por um conjunto de valores, ou pelo menor valor? A baixa fidedignidade contribui para a margem de erro das medidas estatísticas derivadas dos dados. Os critérios devem levar em consideração as possíveis conseqüências de uma crescente margem de erro: resultados que influenciam decisões de vida ou morte exigem alta fidedignidade; mas para estudos que pretendem apenas conclusões tentativas ou cautelosas o critério pode ser abrandado. A fidedignidade é geralmente considerada como sendo muito alta quando $r > 0.90$, alta quando $r > 0.80$, e aceitável na amplitude $0.66 < r < 0.79$.

Os pesquisadores devem levar em conta a fidedignidade para melhorar seu processo de codificação. A fidedignidade depende da quantidade de treinamento, da definição das categorias, da complexidade do referencial de codificação e do material. Baixa fidedignidade pode significar muitas coisas. Primeiro, que os codificadores necessitam de treinamento. O treinamento intensivo dos codificadores irá, provavelmente, conduzir a uma fidedignidade mais alta devido à construção de um pensar comum entre os codificadores, com respeito ao material em análise. Em segundo lugar, a fidedignidade poderá ajudar a ordenar as categorias segundo seu grau de ambigüidade. Alguns códigos podem estar muito mal definidos e o acréscimo de exemplos irá melhorar a concordância entre os codificadores. Em terceiro lugar, os codificadores inevitavelmente irão memorizar seus códigos e agilizar sua codificação. Quanto mais diversos e numerosos os códigos, menor a facilidade de poderem ser memorizados, mais treinamento será exigido e mais freqüentes serão as ambigüidades e os erros devido ao cansaço. Por isso a fidedignidade está limitada pela complexidade do referencial de codificação. Finalmente, a fidedignidade pode ser um indicador da polissemia do texto. Baixa fidedignidade pode indicar que as delimitações dos valores do código são muito vagas. Além do mais, os referenciais de codificação complexos aumentam a probabilidade de leituras consistentes, mas diversificadas, das mesmas unidades de texto.

Validação

A validade tradicionalmente se refere a até que grau o resultado representa corretamente o texto, ou seu contexto. A distinção de Krippendorff (1980) entre a validade dos dados, os resultados e os procedimentos é útil. Com relação aos dados, devemos garantir que os códigos se refiram às palavras usadas no texto (validade semântica), e que a amostra represente o corpo inteiro do texto (validade da amostragem). Os resultados podem ser validados através da correlação com critérios externos. Resultados prévios podem validar uma análise de conteúdo, por exemplo, comparando um procedimento simples e um complexo. Isto é, contudo, tautológico, e nem sempre desejável. Por outro lado, poder-se-iam prever pesquisas de opinião pública a partir da cobertura feita pela imprensa, e testar essa predição sob circunstâncias específicas (validade preditiva). Finalmente, um referencial de codificação necessita incorporar a teoria subjacente à análise (validade de construto). A natureza, contudo, da interpretação sugere que resultados questionadores, conseguidos metodicamente, poderão ter valor independentemente da corroboração externa. Muitas vezes a coerência interna é suficiente para mostrar credibilidade. Na verdade, resultados inesperados, mas conseguidos metodicamente, podem fornecer informação significativa.

A falácia principal da análise de conteúdo é a interferência de intenções particulares, ou compreensões, a partir unicamente do texto (Merten, 1995; Eco, 1994). As intenções e a recepção são características da situação comunicativa e não dependem apenas do texto: elas são co-determinadas por variáveis situacionais. Leituras específicas são um assunto para estudos de audiência; intenções específicas são um assunto para estudos de produção. Os textos estão abertos para diferentes leituras, dependendo dos pré-julgamentos. Poderá ser possível excluir determinadas leituras ou intenções, especialmente se os codificadores partilham uma compreensão do mundo com o emissor ou o público. Nenhuma leitura particular de um público, contudo, ou uma intenção particular de um comunicador, permanece apenas dentro do texto. Na melhor das hipóteses, a análise de conteúdo mapeia o espaço das leituras e das intenções através da exclusão ou da tendência, mas nunca a situação concreta da coisa.

Dilemas

Os pesquisadores da AC enfrentam vários dilemas. O primeiro é entre a amostragem e a codificação: um projeto de pesquisa deverá

equilibrar o esforço colocado na amostragem e o tempo investido no estabelecimento dos procedimentos de codificação. Uma amostra perfeita é de pequeno valor se ela não deixa tempo suficiente para desenvolver um referencial de codificação, ou para instruir os codificadores a fim de que se possa realizar um processo fidedigno.

O segundo dilema é entre o espaço de tempo e a complexidade da codificação, em outras palavras, entre poucas observações em um longo período de tempo, e muitas observações em um curto período. Quanto mais complexo o referencial de codificação, mais probabilidade haverá de ele se adequar a apenas um pequeno espaço de tempo. Talvez não compense o esforço de adaptar um referencial de codificação complexo a diferentes contextos históricos. Conseqüentemente, um referencial de codificação simples é indicado para um estudo longitudinal, a fim de evitar anacronismos na codificação, pois os codificadores teriam de ir além da memória de seu tempo vivido (ver Boyce, cap. 18 neste volume). Diferentemente de uma pesquisa de levantamento, onde um delineamento de painel enfrenta enormes complicações, a análise de conteúdo se adapta muito bem a análises longitudinais. A análise de conteúdo irá, por isso, muitas vezes preferir amostras prolongadas a procedimentos de codificação complexos.

O terceiro dilema é entre a fidedignidade e a validade. Em psicométrica, a validade manifestamente nunca pode exceder a fidedignidade. Na análise de conteúdo, contudo, nós temos uma negociação entre as duas. A AC não pode supor um “valor verdadeiro” do texto, que pode sofrer perturbação devido à inexatidão da codificação: a codificação é o valor. A fidedignidade apenas indica uma interpretação objetiva, que não é uma condição necessária para uma interpretação válida. A interobjetividade defende o pesquisador contra a alegação de arbitrariedade ou extravagância. Diferentemente da psicométrica, contudo, a baixa fidedignidade não invalida uma interpretação (Andren, 1981): as ambigüidades do material são parte da análise. Uma codificação simplificada pode permitir resultados fidedignos, mas pouca informação. Por outro lado, uma alta fidedignidade é difícil de ser conseguida para uma codificação complexa, embora os resultados provavelmente sejam mais relevantes para a teoria e para o contexto prático.

Análise de conteúdo com auxílio de computador

O advento da computação estimulou o entusiasmo para a AC, e existem diversos tipos de análises com auxílio de computador para

materiais textuais. A última onda de entusiasmo para o emprego de computadores foi simultânea à proliferação de bancos de dados com textos, tais como Reuters ou FT-Profile. Devido à extensa literatura especializada sobre este assunto (ver Nesson & Schmidt, 1995; Fielding & Lee, 1998), irei apenas caracterizar brevemente três correntes básicas.

A primeira corrente de AC com auxílio de computador é KWOC (Keyword Out of Context: palavra-chave fora do contexto – contador de palavras) que classifica palavras singulares em conceitos. Ele se coloca na tradição do General Inquirer (Stone *et al.*, 1966). Um computador pode facilmente listar todas as palavras de um texto e agrupá-las em um dicionário. Esta é uma lista de conceitos teoricamente interessantes, onde cada conceito é definido por uma lista de símbolos. Por exemplo, palavras como “aproximar-se”, “ataque”, e “comunicar” podem ser símbolos de “ação socioemocional”. Um computador reconhece facilmente seqüências de letras como palavras-símbolo, relaciona-as a um conceito de acordo com o dicionário, e conta as freqüências dos conceitos em um texto. O General Inquirer sobrevive no pacote de computador TEXTPACK. O estudo mais ambicioso que empregou este enfoque foi o projeto de indicador cultural, de Namenswirth & Weber (1987), que detectou longas ondulações de valores políticos em discursos de políticos na Inglaterra e nos Estados Unidos nos últimos 400 anos.

O principal problema com o KWOC é que no dicionário os símbolos podem ser relacionados a apenas um conceito. Esta é uma limitação fundamental, pois as palavras são ambíguas. Este problema enfraqueceu muito o entusiasmo inicial do enfoque automático.

A segunda corrente de computadorização é a análise de concordância e co-ocorrência, que considera palavras-chave em seu contexto (KWIC – keywords in context – palavras-chave dentro do contexto). Uma concordância apresenta uma lista de palavras junto com o co-texto. Muitos pacotes de análise de texto oferecem concordâncias como uma sub-rotina, e eles são muito úteis para explorar o sentido das palavras em um *corpus*, ou para conferir a relevância dos materiais. Por exemplo, a rotina de concordância iria rapidamente ajudar a distinguir artigos sobre o BSE (the Bombay Stock Exchange) de um estudo de cobertura de imprensa do BSE (Bovine Spongiform Encephalopathy, ou doença da vaca louca).

A análise de co-ocorrência, por outro lado, é uma análise estatística de freqüentes pares de palavras em um *corpus* de texto. O procedimento supõe que a ocorrência freqüente de duas palavras juntas seja semanticamente significativa. Programas de co-ocorrência, tais como ALCESTE, começam com a rotina de identificação de premissas (“lematização”) e estabelecem o vocabulário do *corpus* de texto. Em seguida, eles excluem palavras muito freqüentes e muito raras, e contam as co-ocorrências de palavras dentro de uma unidade de texto definindo uma matriz. A partir daí, um algoritmo irá extrair uma representação geométrica, onde pontos são palavras agrupadas em grupos de associações (ver Kronberger e Wagner, cap. 17 deste volume). Tais programas podem manipular mais ou menos quantidades de texto em apenas determinadas línguas; eles podem alterar os parâmetros da análise, alterar os algoritmos para extrair uma solução de agrupamento, e escolher uma impressão textual ou gráfica.

A terceira corrente de AC com auxílio de computador é CAQDAS (Computer-assisted Qualitative Data Analysis Software – software para análise de dados qualitativos com auxílio de computador). Este é o mais recente desenvolvimento para auxílio na análise de texto (ver Kelle, cap. 16 deste volume; Fielding & Lee, 1998). CAQDAS comporta a etiquetagem, a codificação e a indexação de textos, dando conta por isso da segmentação, ligação, ordenação e reordenação, estruturação e a busca e reapresentação de textos para fins de análise. Uma função inovadora é a produção de memorandos: o codificador pode fazer comentários em cada ação de etiquetagem, mantendo, desse modo, um protocolo para reflexão durante a codificação. Estes memorandos podem mais tarde ser empregados para registrar a reflexão ocorrida durante o processo de pesquisa: o pesquisador mostra como ele foi se transformando durante a ação. Bons programas oferecem operadores de busca booleana para consultar segmentos de texto gráficos para mapear ligações no texto, e interfaces para análise estatística dos dados. CAQDAS e a análise clássica de conteúdo se encontram no codificador humano.

Os professores muitas vezes dão as boas-vindas ao CAQDAS como um controlador, para instilar disciplina nos estudantes inexperientes, que podem pensar que pesquisa qualitativa significa um vale-tudo. Seu amplo emprego, contudo, pode favorecer práticas indesejáveis, tais como a proliferação de estruturas ramificadas na re-

apresentação dos dados da entrevista ou várias patologias de codificação aberta (Fielding & Lee, 1998: 119s). O analista, ao ordenar e reordenar seus códigos e ligações, perde de vista o objetivo da pesquisa. Quando a análise enlouquece – por exemplo, com 2.000 códigos para seis entrevistas – o projeto entra em crise.

Computadores, por mais úteis que sejam, são incapazes de substituir o codificador humano. A análise de conteúdo permanece um ato de interpretação, cujas regras não podem ser realisticamente implementadas com um computador dentro de limitações práticas. O codificador humano é capaz de fazer julgamentos complicados rápida e fidedignamente, se auxiliado.

Forças e fraquezas da análise de conteúdo

A AC foi desenvolvida, na pesquisa social, para a análise de materiais textuais, especificamente material impresso. É um enfoque bastante geral, e o espectro de dados se ampliou no decorrer dos anos, chegando a abarcar praticamente todo artefato cultural (Gerbner *et al.*, 1969). A importância principal da AC talvez tenha sido continuar desafiando a curiosa primazia dos dados da entrevista na pesquisa social.

As vantagens da AC são que ela é sistemática e pública; ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos; e ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

A AC faz uso de materiais que ocorrem naturalmente: ela encontra traços da comunicação humana em materiais estocados nas bibliotecas. Estas informações remanescentes foram criadas para outros fins, e empregando-as para pesquisa, a AC é, por isso, cuidadosa (Webb *et al.*, 1966). “Que ocorrem naturalmente” não implica que o pesquisador não invista na construção de uma interpretação: o pesquisador caminha através da seleção, criação de unidades e categorização dos dados brutos, embora evitando a reatividade direta do respondente durante a coleta de dados primários.

A AC pode construir dados históricos: ela usa dados remanescentes da atividade passada (entrevistas, experimentos, observação e levantamentos estão condicionados ao presente). Por conseguinte, ela pode ser um caminho barato para estabelecer tendências sociais,

com apenas pequena parcela do custo de um levantamento. O aspecto negativo disso é que a AC apresenta primariamente dados a nível coletivo, caracterizando, desse modo, algo coletivo através de dados remanescentes de comunicação e expressão.

O enfoque sistemático e o emprego de computadores permitem aos pesquisadores lidar com grandes quantidades de material. O tamanho não é em si mesmo uma virtude, mas a quantidade de material sobre alguns tópicos pode chegar a ser esmagador. Por exemplo, minha estimativa para nosso estudo sobre ciência na imprensa nacional da Inglaterra foi de que necessitaríamos investigar até 700.000 artigos. Isso exigia um enfoque sistemático. Longe de ser a última palavra em um *corpus*, a AC pode ser o primeiro passo na ordenação e caracterização dos materiais em um enorme esforço de pesquisa.

Muitas fraquezas da AC foram realçadas na sua curta história. Kracauer (1952) mostrou que a separação de unidades de análise introduz inexatidões de interpretação: citações fora de contexto podem facilmente ser enganadoras. Embora seja sempre preferível considerar uma unidade singular dentro do contexto do *corpus* inteiro, os codificadores irão fazer seus julgamentos dentro do co-texto imediato e através de uma familiaridade geral com o material. Codificar contextualmente é importante para cada unidade de análise, seja ela um artigo, um parágrafo, uma frase, ou uma palavra. Nesse caso, a codificação automática e computadorizada mostrou suas limitações, e o codificador/intérprete humano está longe de ser dispensado.

A AC tende a focalizar freqüências, e desse modo descuida do que é raro e do que está ausente: respeitadas analistas introduzem códigos teóricos que podem muito bem mostrar ausências relevantes no texto. Este é um problema de enfoque: devemos estar atentos ao presente, ou ao ausente? Em princípio, a AC faz ambas as coisas (ver Rose, cap. 14 deste volume), embora tenha um viés para o presente.

A relação entre unidades de texto segmentadas, codificadas em uma distribuição de freqüência, e o texto original, fica perdida na AC: a categorização perde a seqüencialidade da linguagem e do texto (ver Penn, cap. 13 deste volume). O momento em que algo foi dito pode ser mais importante que o que foi dito. Alguém poderia argumentar que a AC constrói paradigmas de sentido potencial, em vez de compreender o sentido real. A análise longitudinal re-introduz alguma forma de seqüência, onde a estrutura de um período pode ser comparada com a estrutura de outro, enquanto que as tendências são estabelecidas.

A procura de uma análise de conteúdo automática – texto dentro, interpretação fora – mostrou ser absurda: a codificação semântica privilegia o codificador humano eficiente (Markoff *et al.*, 1974). Grande parte da AC com codificadores humanos sofre de um exagero de minuciosidade no exame – que às vezes se aproxima de uma fidedignidade fetichista. Na análise da maioria das entrevistas e pesquisas de opinião, os pesquisadores atribuem confiantemente a variância observada aos respondentes, enquanto que eles escondem em uma caixa-preta os vários efeitos dos entrevistadores, as situações e estruturas da pergunta, no controle de qualidade. Os analistas de conteúdo devem desenvolver igual preocupação em seus procedimentos, e atribuir também a variância observada às diferenças do texto.

Como métodos de pesquisa social, o levantamento por amostragem, a entrevista e a análise de conteúdo têm praticamente a mesma idade; como explicar, então, seu *status* diferente no arsenal das ciências sociais científicas? Neumann (1989) aponta para vários problemas institucionais que contaminaram a AC durante muito tempo de sua curta história. A AC não conseguiu estimular um interesse acadêmico contínuo, movendo-se para um “gueto metodológico”, com ocasionais eclosões de atenção externa na década de 1940, 1970 e 1990. Ela se ressentiu de uma convergência de atividades de pesquisa. Não existem arquivos de dados para armazenar e tornar acessíveis dados brutos para análise secundária. Pesquisadores individuais constroem sua própria amostra e seu próprio referencial de análise. A AC sofreu as conseqüências de muita pesquisa rápida e nebulosa que deixou a impressão de que a AC pode provar tudo. Concepções simplistas, escalas de tempo limitadas e questões de pesquisa insignificantes confinaram a AC a projetos de pequena escala realizados por estudantes. Um método não é um substituto para idéias. O uso descritivo de muita AC reflete as dificuldades do problema de inferência: o que isso nos diz, sobre quem? A lacuna entre o possível e a realidade deve ser convenientemente superada com delineamentos de pesquisa paralelos, com múltiplos métodos: pesquisa longitudinal coordenada, incluindo levantamentos de opinião, entrevistas não estruturadas e *corpora* de textos é o caminho que se abre, integrando assim pesquisa qualitativa e quantitativa, em grande escala. A conversação e a escrita são ambas manifestações de opinião pública; e opinião pública que é reduzida a apenas um de seus constituintes tem muita probabilidade de ser falsa.

Passos na análise de conteúdo

1. A teoria e as circunstâncias sugerem a seleção de textos específicos.
2. Faça uma amostra caso existirem muitos textos para analisá-los completamente.
3. Construa um referencial de codificação que se ajuste tanto às considerações teóricas, como aos materiais.
4. Faça um teste piloto, revise o referencial de codificação e defina explicitamente as regras de codificação.
5. Teste a fidedignidade dos códigos, e sensibilize os codificadores para as ambigüidades.
6. Codifique todos os materiais na amostra, e estabeleça o nível de fidedignidade geral do processo.
7. Construa um arquivo de dados para fins de análise estatística.
8. Faça um folheto incluindo a) o racional para o referencial de codificação; b) as distribuições de freqüência de todos os códigos; c) a fidedignidade do processo de codificação.

Referências bibliográficas

- ANDREN, X. (1981). Reliability and Content Analysis. *In: K.E. ROSENGREN (ed.). Advances in Content Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage, p. 43-67.
- BAUER, M.W. (1998a). Guidelines for Sampling and Content Analysis. *In: J. DURANT, M.W. BAUER & G. GASKELL (eds.). Biotechnology in the Public Sphere*. London: Science Museum, p. 276-98.
- BAUER, M. (1998b). The Medicalisation of Science News – from the Rocket-scalpel to the Gene-meteorite Complex, *Social Science Information*, 37: 731-51.
- BAUER M.W. & GASKELL, G. (1999). Towards a Paradigm for Social Representations Research, *Journal for the Theory of Social Behavior*, 29 (2): p. 63-86.
- BAUER, M. *et al.* (1995). *Science and Technology in the British Press, 1946-1990*, Technical Report to the Wellcome Trust for the History of Medicine, July.
- BERELSON, B. (1952). *Content Analysis in Communication Research*. Glencoe, IL: Free Press.

- BUEHLER, K. (1934). *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: Gustav Fischer.
- DURANT, J., BAUER, M.W. & GASKELL, G. (eds.) (1998). *Biotechnology in the Public Sphere*. London: Science Museum.
- ECO, U. (1994). *Apocalypse Postponed: Does the Audience have Bad Effects on Television?* Bloomington. In: Indiana University Press, p. 87-102.
- FIELDING, N.G. & LEE, R.M. (1998). *Computer Analysis and Qualitative Research*. London: Sage.
- FRANKS, B. (1999). Types of Categories in the Analysis of Content. In: BAUER, M. (ed.). *Papers in Social Research Methods – Qualitative Series*, vol. 6, London: LSE Methodology Institute.
- GERBNER, G. *et al.* (eds.) (1969). *The Analysis of Communication Contents: Developments in Scientific Theories and Computer Techniques*. New York, NY: Wiley, p.123-32.
- GROSS, A. (1990). *The Rhetoric of Science*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HOLSTI, O.R. (1968). Content Analysis. In: G. LINDZEY & E. ARONSON (eds.), *Handbook of Social Psychology*. Reading, MA: Addison-Wesley, p. 596-692.
- (1969). *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- JANOWITZ, M. (1976). Content Analysis and the Study of Socio-political Change, *Journal of Communication*, 26: 10-21.
- KAPLAN, A. (1943). Content Analysis and the Theory of Signs, *Philosophy of Science*, 10: 230-247.
- KRACAUER, S. (1952). The Challenge of Qualitative Content Analysis, *Public Opinion Quarterly*, 16: 631-42.
- KRIPPENDORFF, K. (1980). *Content Analysis: an Introduction to its Methodology*. London: Sage.
- (1994). On Reliability of Unitizing Continuous Data, *Sociological Methodology*, 25: 47-76.
- LINDKVIST, K. (1981). Approaches to Textual Analysis. In: K.E. ROSENGREN (ed.), *Advances in Content Analysis*. London: Sage, p. 23-41.
- McQUAIL, D. (1977). *Analysis of Newspaper Content*. Royal Commission on the Press, Research series 4. London: HMSO.

- MERTEN, K. (1995). *Inhaltsanalyse*, 2nd erweiterte Auflage. Opladen: Westdeutscher.
- MARKOFF J., SHAPIRO, G. & WEITMAN, S.R. (1974). Toward the Integration of Content Analysis and General Methodology. *In*: D.R. HEISE (ed.). *Sociological Methodology* 1975. San Francisco, CA: Jossey-Bass, p. 1-58.
- NAMENWIRTH, J.Z. & WEBER, R.P. (1987). *Cultural Dynamics*. Winchester MA: Allen & Unwin.
- NEISBITT, J. (1976). *The Trend Report: A Quarterly Forecast and Evaluation of Business and Social Developments*. Washington DC: Center for Policy Process.
- NEUMANN, W.R. (1989). Parallel Content Analysis: Old Paradigms and New Proposals, *Public Communication and Behavior*, 2: 205-89.
- NISSAN, E. & SCHMIDT, K. (eds.) (1995). *From Information to Knowledge: Conceptual and Content Analysis by Computer*. Oxford: Intellect.
- NORTH, R.C. *et al.* (1963). *Content Analysis: a Handbook with Applications for the Study of International Crisis*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- PAISLEY, W.J. (1969). Title of the Paisley Chapter. *In*: G. GERBNER, O.R. *et al.* (eds.). *The Analysis of Communication Contents: Developments in Scientific Theories and Computer Techniques*. New York, NY: Wiley.
- SCOTT, W.A. (1955). The Reliability of Content Analysis: the Case of Nominal Scale Coding, *Public Opinion Quarterly*, 19: 321-2.
- SPEED, G. (1893). Do Newspapers Now Give the News?, *Forum*, 15: 705-11.
- STEMPEL, G.H. (1952). Sample Size for Classifying Subject Matter in Dailies: Research in Brief, *Journalism Quarterly*, 29: 333-4.
- STONE, P.J. *et al.* (1966). *The General Inquirer: a Computer Approach to Content Analysis*. Cambridge, MA: MIT Press.
- TOULMIN, S. (1957). *The Uses of Arguments*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBB, E.J., CAMPBELL, D.T., *et al.* (1966). *Unobtrusive Measures: Non-reactive Research in Social Sciences*. Chicago: Rand-McNally.
- WEBER, M. (1965 [1911]). Sociologie des Zeitungswesen. *In*: A. SILVERMANN (ed.). *Reader Massen Kommunikation, Band I* Bielefeld, p. 34-41.
- WEBER, R.P. (1985). *Basic Content Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage.